



## CADERNO DE PROVA

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Confira se, além deste CADERNO DE PROVA, que contém 40 questões objetivas e 01 questão discursiva, você recebeu a FOLHA DE RESPOSTAS, destinada à marcação das respostas das questões objetivas e a FOLHA DE RESPOSTA DA QUESTÃO DISCURSIVA, destinada à transcrição do texto da questão discursiva.
2. Verifique se os seus dados conferem com os que aparecem na FOLHA DE RESPOSTAS e na FOLHA DE RESPOSTA DA QUESTÃO DISCURSIVA. Em caso de divergência, notifique imediatamente o fiscal.
3. Após a conferência, assine nos espaços próprios da FOLHA DE RESPOSTAS e da FOLHA DE RESPOSTA DA QUESTÃO DISCURSIVA, utilizando, obrigatoriamente, caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
4. Não dobre, não amasse nem manche a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE RESPOSTA DA QUESTÃO DISCURSIVA.
5. Na FOLHA DE RESPOSTAS, marque, para cada questão, a letra correspondente à opção escolhida para a resposta, preenchendo todo o espaço compreendido na bolha, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sem deixar espaços em branco. Na FOLHA DE RESPOSTA DA QUESTÃO DISCURSIVA, transcreva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o texto da questão discursiva.
6. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções, identificadas com as letras **A, B, C e D**. Assinale apenas uma opção em cada questão. Marcar mais de uma opção anula a questão, mesmo que uma das respostas seja a correta.
7. Para a questão discursiva, é apresentada uma situação sobre a qual você deve elaborar um parecer jurídico. Preste atenção ao número de linhas que o texto deve ter e que será considerado na correção. Escreva o texto com letra legível, e evite rasuras que o tornem incompreensível.
8. O tempo total, disponível para esta prova é de **cinco horas**. Distribua esse tempo de forma a responder as questões objetivas e a desenvolver o parecer jurídico de forma bem fundamentada. Reserve um tempo final para transcrever suas opções do rascunho para a FOLHA DE RESPOSTAS e para transcrever o rascunho do parecer jurídico para a FOLHA DE RESPOSTA DA QUESTÃO DISCURSIVA. As marcações no rascunho da folha de respostas, bem como o texto rascunho do parecer jurídico, constantes do CADERNO DE PROVA, não serão considerados na correção.
9. Quando terminar a prova, entregue, **obrigatoriamente**, ao fiscal, a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE RESPOSTA DA QUESTÃO DISCURSIVA. Caso queira, você poderá levar o CADERNO DE PROVA, após decorrido o prazo de quatro horas do início da Prova Escrita.
10. O candidato poderá deixar o local do exame somente após 60 minutos do início da aplicação da prova.
11. Será eliminado do concurso público de Procurador Jurídico o candidato que, durante a prova:
  - a) utilizar ou portar (mesmo que desligado) qualquer equipamento eletrônico como relógio digital, calculadora, *notebook*, *tablet*, *palmtop*, *ipad*, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, entre outros;
  - b) deixar de acomodar, em saco individual fornecido pelo Instituto Avaliar, o telefone celular e quaisquer outros equipamentos eletrônicos desligados, além de outros pertences não permitidos;
  - c) deixar de manter, debaixo da carteira, saco individual lacrado e identificado com os equipamentos eletrônicos desligados, desde o ingresso na sala de provas até a saída definitiva do local de provas;
  - d) deixar de assegurar que os equipamentos eletrônicos estejam desligados e não toquem ou emitam sinais, durante a prova.
12. Os dois últimos candidatos só poderão deixar a sala, simultaneamente, após entregarem a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE RESPOSTA DA QUESTÃO DISCURSIVA, devidamente preenchidas e assinarem a Ata de Aplicação da Prova.
13. A prova escrita vale 60 pontos, sendo 40 pontos para a prova objetiva (1 ponto para cada questão) e 20 pontos para o parecer jurídico.
14. Reservados todos os direitos. É proibida a publicação ou reprodução total ou parcial deste documento, sob quaisquer formas ou sob quaisquer meios, sem permissão expressa por escrito da Câmara Municipal de Corumbá/GO, sob risco de aplicação de penalidades legais.

Nome:



Leia e analise o texto a seguir, para responder as questões de 1 a 8.

### **Ainda sobre a simplificação da linguagem jurídica e o fim do 'juridiquês'**

(1§) No final do ano de 2023, o Conselho Nacional de Justiça divulgou o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, consistente na edição de medidas “*com o objetivo de adotar linguagem simples, direta e compreensível a todas as pessoas na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade*”, propondo, entre outras coisas, o “*fomento ao uso de linguagem simples e direta nos documentos judiciais, sem expressões técnicas desnecessárias*” e “*a criação de manuais e guias para orientar cidadãos e cidadãs sobre o significado das expressões técnicas indispensáveis nos textos jurídicos*”.

(2§) Em texto publicado em 2020, este subscritor já defendia a necessidade de uma revolução na redação jurídica tradicionalmente adotada no País, com a superação do ultrapassado juridiquês, compreendido como uma “*expressão cunhada para ironizar a forma de expressão comumente adotada pelos profissionais do Direito para se comunicarem em suas manifestações escritas ou orais, composta por formalismos ultrapassados, expressões difíceis, sinônimos incomuns, palavras em latim e termos até esdrúxulos*”.

(3§) Sempre que o tema da simplificação da linguagem jurídica vem (ou volta) à tona, enfrenta algumas críticas, sobretudo do meio acadêmico. As pessoas atribuem a ele ideias ou propostas que nunca foram defendidas. É a típica falácia do espantalho.

(4§) Portanto, é preciso deixar claro que a defesa da simplificação da linguagem jurídica e do combate ao juridiquês não propõem:

**A) o fim do uso dos termos técnicos:** eles existem em todas as áreas de conhecimento e devem ser empregados adequadamente. Sentença é o ato judicial que decide a questão levada a julgamento e não pode jamais ser chamada de despacho. O mandado de segurança é impetrado. O recurso interposto, após conhecido, poderá ser provido ou desprovido. Furto e roubo são coisas bem diferentes. Denúncia e queixa são atos processuais próprios, e não o registro de uma ocorrência na polícia. Portanto, o uso adequado dos termos técnicos é indispensável para a elaboração de um texto bom, claro e preciso.

O que se propõe é que eles sejam usados apenas quando necessários. Sem exibicionismo. E muito menos ainda substituí-los por expressões esdrúxulas e sem previsão legal. Se o termo técnico é petição inicial, por que escrever peça inaugural ou vestibular? Se é denúncia, por que se usar exordial acusatória ou peça incoativa? Teríamos vários exemplos para citar.

Associado a isso, estimula-se a divulgação de materiais, explicando à pessoa leiga o sentido de tais termos técnicos, para que ela compreenda, por exemplo, que afirmar que o juiz é incompetente não é criticar a sua capacidade intelectual, mas apenas argumentar que, pelas regras processuais, seria outro juiz que deveria julgar o processo. Ainda, propõe-se, simultaneamente à edição da manifestação original, a elaboração de uma versão simplificada, para facilitar a compreensão pela sociedade em geral.

**B) que se possa escrever errado ou de qualquer jeito:** a observância da gramática e o uso correto das palavras são indispensáveis para um texto bem escrito, claro e objetivo. Curiosamente, o que se percebe no dia a dia é que, na tentativa de demonstrar-se culto, o jurista comete erros gramaticais básicos e dá a determinadas palavras sentidos diferentes do seu verdadeiro significado. Por exemplo, o uso incorreto de “mesmo” como substituto de pronome pessoal; da expressão “posto que” com o significado de “porque”, e não de oposição (apesar de que, embora, ainda que...); e da expressão “restou comprovado” com o significado de “ficou comprovado”.

**C) a superficialidade na análise de fatos, provas e argumentos:** desde pequeno, somos forçados a acreditar que precisamos escrever muito para demonstrar conhecimento. Nas escolas, as provas exigiam limite mínimo de linhas para desenvolvimento da resposta. Por que eu preciso escrever 20 linhas se entendo que 10 linhas são suficientes para responder a pergunta formulada? E essa visão é ainda mais estimulada após o ingresso no curso jurídico.

(5§) O certo, porém, é que a simplificação do formato da mensagem em nada interfere na qualidade do seu conteúdo. Na verdade, o que muito se vê é a inserção de palavras, frases, expressões, dispositivos legais, citações doutrinárias e decisões judiciais desnecessárias com a finalidade de demonstrar a suposta qualidade do conteúdo da manifestação jurídica.

(6§) Lanço um desafio ao leitor: examine a sua última peça processual (ou, caso não queira se torturar, examine a próxima peça processual que chegar às suas mãos) e conte quantos parágrafos iniciam-se por “trata-se”, “cuida-se”, “é importante destacar”, “é válido ressaltar”, “cumpre pontuar”, “é digno de nota” ou termos equivalentes. Se não todos, a grande maioria. Busque agora por expressões cafonas ou incomuns, que poderiam ser facilmente excluídas ou substituídas por palavras mais simples. Procure, por exemplo, por “noutro giro”, “lado outro”, “noutra banda”, “ademais”, “ulterior”, “com fulcro”, “com espeque”, “com supedâneo”, “com efeito”, “outrossim” etc.

(7§) Após, faça um esforço mental, excluindo todas elas e reescrevendo o texto. Ao final, reflita sobre se foi difícil retirá-las e se isso alterou a essência da mensagem. Aposto que não. O resultado é que agora você tem a mesma mensagem, mas transmitida de forma simples, objetiva e direta.

(8§) É preciso, de uma vez por todas, superar a falsa relação entre escrever difícil e ser erudito. Não é razoável alguém se achar culto por substituir resumo dos fatos por breve esboço factual; referir-se ao código de processo civil como código de ritos; em vez de escrever autos, citar fólios ou pergaminho processual; chamar cadeia ou presídio de ergástulo público; trocar *habeas corpus* por remédio heroico ou *writ*; ou usar a expressão *parquet* ao se referir ao Ministério Público etc.

(9§) Sejamos sofisticados: simplifiquemos.

ASSUNÇÃO, Bruno de Barros. **Ainda sobre a simplificação da linguagem jurídica e o fim do 'juridiquês'**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jul-01/ainda-sobre-a-necessidade-de-simplificacao-da-linguagem-juridica-e-o-fim-do-juridiques/>. Acesso em: 31 out. 2024.

## QUESTÃO 1

Considerando-se as características formais e funcionais do texto, nota-se que ele é um exemplo de

- A** artigo de opinião, pois há a defesa de pontos de vista sobre determinado assunto.
- B** crônica, pois aborda um assunto do cotidiano, relacionado a uma área do saber.
- C** notícia, pois traz ao “grande público” informações sobre a linguagem do Direito.
- D** resenha, pois descreve um “fenômeno linguístico”, expondo opiniões sobre ele.

## QUESTÃO 2

Qual das palavras destacadas exerce a função de pronome?

- A** “Sentença é o ato judicial **que** decide a questão levada a julgamento...” (4§)
- B** “O **que** se propõe é **que** eles sejam usados apenas quando necessários.” (4§)
- C** “...afirmar **que** o juiz é incompetente não é criticar a sua capacidade...” (4§)
- D** “...somos forçados a acreditar **que** precisamos escrever muito...” (4§)

## QUESTÃO 3

Analise os comentários seguintes, feitos sobre o texto:

- I. O Conselho Nacional de Justiça propôs, no Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, a criação de guias para orientar a população sobre o significado de termos técnicos indispensáveis em textos jurídicos.
- II. O texto defende que a simplificação da linguagem jurídica não implica a permissão para uso de termos incorretos ou uma redação desleixada, pois a observância da gramática é essencial para um texto claro.

- III. O texto ressalta que a utilização de expressões complexas e até mesmo arcaicas em textos jurídicos, como “noutro giro” e “ulterior”, pode ser evitada sem alterar o conteúdo essencial da mensagem pretendida.
- IV. De acordo com o texto, para promover a simplicidade na linguagem jurídica, o uso de expressões técnicas deve ser substituído por termos populares, de forma a facilitar a compreensão pela sociedade de modo geral.
- V. Conforme apontado pelo texto, a simplificação da linguagem jurídica busca reduzir o uso de expressões técnicas e formalismos, como forma de preservar a clareza da comunicação, ainda que a precisão possa ser levemente comprometida.

A respeito dos comentários feitos sobre o texto, entende-se que

- A** dois dos comentários estão incorretos.
- B** os comentários I, III e V estão incorretos.
- C** os comentários II e V estão corretos.
- D** quatro dos comentários estão corretos.

#### QUESTÃO 4

Em qual destes trechos retirados do texto há uma oração subordinada reduzida?

- A** “As pessoas atribuem a ele ideias ou propostas que nunca foram defendidas.” (3§)
- B** “Portanto, é preciso deixar claro que a defesa da simplificação da linguagem jurídica...” (4§)
- C** “O certo, porém, é que a simplificação do formato da mensagem em nada interfere...” (5§)
- D** “É preciso, de uma vez por todas, superar a falsa relação entre escrever difícil...” (8§)

#### QUESTÃO 5

Analise os comentários feitos sobre o emprego da palavra “se”, destacadas nos trechos do texto:

- I. “**Se** o termo técnico é *petição inicial, por que escrever peça inaugural ou vestibular?*” (4§)  
O “se” funciona como um pronome que introduz uma relação de condição.
- II. “*Na verdade, o que muito **se** vê é a inserção de palavras, frases, expressões...*” (5§)  
O “se” funciona como um pronome apassivador com sujeito explícito na frase.
- III. “*Ao final, reflita sobre **se** foi difícil retirá-las e se isso alterou a essência da mensagem.*” (7§)  
O “se” funciona como uma conjunção subordinativa integrante.
- IV. “*Não é razoável alguém **se** achar culto por substituir resumo dos fatos por breve esboço factual...*” (8§)  
O “se” funciona como pronome reflexivo com função sintática.

Estão corretos apenas os comentários

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e IV.
- D** II, III e IV.

#### QUESTÃO 6

A simplificação das terminologias, conforme apresentado no texto, é constatada quando

- A** o dentista substitui o termo “dente podre” por “cárie”, em um congresso de odontologia.
- B** o engenheiro utiliza o termo “joelho”, para se referir a um tipo de curvatura na tubulação.
- C** o médico substitui o termo “cefaleia” por “dor de cabeça”, ao conversar com o paciente.
- D** o professor usa o termo “amplexo” em vez de “abraço”, ao cumprimentar um estudante.

### QUESTÃO 7

Qual destas análises sobre o texto está correta?

- A** Apesar de haver uma abordagem que defenda a simplificação da linguagem no contexto do Direito, o texto peca ao utilizar parágrafos longos, formados por apenas um período, como acontece no (1§) e no (2§), o que depõe contra a objetividade e a clareza textuais.
- B** De acordo com o texto, a simplificação da linguagem jurídica deve incluir a redução de explicações sobre termos técnicos no próprio texto, recomendando que essas explicações sejam relegadas aos vários materiais de referência externa, como manuais e guias.
- C** O autor do texto busca orientar produtores de texto, entre eles os estudantes e os profissionais da área do Direito, sobre como reduzir a quantidade de terminologias nos textos técnicos, conforme é possível comprovar com as discussões propostas a partir do (6§).
- D** Segundo o texto, a simplificação da linguagem jurídica deve ser aplicada tanto em comunicações públicas quanto privadas, ainda que isso implique no uso de expressões mais coloquiais e menos precisas para transmitir a mensagem aos profissionais da área.

### QUESTÃO 8

Analise os comentários seguintes, feitos sobre as estruturas gramaticais utilizadas no texto:

- I. A preposição “de”, usada em: “...a criação de manuais e guias para orientar cidadãos...” (1§), está introduzindo um complemento nominal.
- II. A frase: “Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo está parado no seu andar” está de acordo com a recomendação apresentada no (4§).
- III. A palavra “doutrinária”, usada na expressão: “citações doutrinárias” (5§) foi formada pelo processo de parassíntese e exerce a função de adjunto adnominal.
- IV. A retirada da preposição do trecho: “...reflita sobre se foi difícil retirá-las e se isso alterou a essência...” (7§) não altera substancialmente o sentido original.

A respeito dos comentários, entende-se que

- A** apenas dois comentários estão corretos.
- B** os comentários I, II e III estão incorretos.
- C** somente o comentário IV está correto.
- D** todos os comentários estão incorretos.

### QUESTÃO 9

Sobre o controle de constitucionalidade de leis municipais, é correto afirmar:

- A** O ato de processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal ou de Constituição Estadual é de competência exclusiva do Tribunal de Justiça estadual.
- B** A proposição de ação direta no Tribunal de Justiça por violação de trecho da Constituição Estadual de reprodução obrigatória da Constituição Federal suspende a ação ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal.
- C** A arguição de descumprimento de preceito fundamental, ainda que subsidiariamente, para a realização de controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal é improcedente.
- D** O controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Lei Orgânica do Município é inviável, seja junto ao Tribunal de Justiça Estadual, seja junto ao Supremo Tribunal Federal.

### QUESTÃO 10

Em certas situações, o governo federal e o governo estadual podem intervir nos Municípios, isoladamente ou conjuntamente. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas alterações, qual das situações de intervenção apresentadas a seguir está correta?

- A** A União pode intervir nos Municípios para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.
- B** A União pode intervir nos Municípios para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- C** O Estado pode intervir em seus Municípios, para assegurar a observância dos direitos da pessoa humana.
- D** O Estado pode intervir em seus Municípios, quando não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei.

### QUESTÃO 11

Do que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que

- A** a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, assim como não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito garantido constitucionalmente.
- B** a obtenção de certidões em repartições públicas é assegurada a todos, desde que seja para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, e após o regular pagamento de taxas.
- C** a autoridade competente poderá usar de propriedade particular nos casos de iminente perigo público e o proprietário terá assegurado o direito a indenização prévia, no valor de mercado e em dinheiro.
- D** a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira sempre, mesmo que a lei pessoal do “*de cujus*” ofereça mais benefícios para o cônjuge ou os filhos brasileiros.

### QUESTÃO 12

Um servidor público de Corumbaíba, requereu, após o preenchimento de todos os requisitos necessários, sua aposentadoria junto ao órgão competente. Sendo o pedido ilegalmente indeferido, cabe ao servidor ingressar com a ação de

- A** *habeas corpus*.
- B** mandato de injunção.
- C** mandado de segurança.
- D** *habeas data*.

### QUESTÃO 13

A Constituição do Estado de Goiás estabelece, na Seção II (que trata do legislativo municipal), as matérias que são da competência municipal da Câmara, com a sanção do Prefeito. Em caráter privativo, cabe à Câmara Municipal dispor sobre assuntos como

- A** autorização ao Prefeito para alienação de bens da administração direta até três meses antes da finalização de seu mandato.
- B** concessão de licença para o Prefeito e o Vice-Prefeito, nos casos em que solicitarem afastamento temporário do cargo.
- C** diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais, abertura de créditos suplementares, subvenções ou auxílios a serem concedidos pelo Município.
- D** regime jurídico dos servidores públicos municipais, criação, transformação e extinção de cargos, funções públicas, estabilidade e aposentadoria.

### QUESTÃO 14

A Teoria Pura do Direito coloca que, segundo a natureza do fundamento de validade, podemos distinguir dois tipos diferentes de sistemas de normas, sendo eles o estático e o dinâmico. A seguir, são apresentadas afirmativas associadas a cada sistema de normas, indicado nos parênteses. Analise-as.

Qual das afirmativas está associada corretamente ao sistema de normas indicado?

- A** O conteúdo de uma norma pode ser deduzido do conteúdo de uma norma superior; assim, o fundamento de validade de uma norma reside na concordância de seu conteúdo com o da norma superior (Sistema Estático).
- B** O fundamento de validade de uma norma sempre está ligado a princípios morais, aos valores da sociedade, aos preceitos religiosos, aos padrões socioculturais, às virtudes, ao bem comum ou a qualquer outro fator externo ao Direito (Sistema Dinâmico).
- C** O processo de validação de uma norma é conseguido aplicando-se um pensamento silogístico, ou seja, a partir de uma premissa maior e de uma premissa menor, é possível chegar a uma conclusão lógica (Sistema Estático).
- D** A norma mais elevada é denominada “Grundnorm”, ou seja, norma fundamental, e, por ser a mais elevada, não mais posta por qualquer autoridade, tal norma terá de ser uma norma pressuposta (Sistema Dinâmico).

### QUESTÃO 15

A fabricação e o comércio de alimentos em Corumbáiba, de acordo com a Lei Complementar N° 004/06, são fiscalizados pelo Município, em colaboração com a União e o Estado, e inclui o controle sobre os seguintes aspectos, exceto:

- A** aparelhos, utensílios e recipientes usados no preparo, no fabrico, na manipulação, no acondicionamento, na conservação e na armazenagem de gêneros alimentícios.
- B** armazéns e veículos de empresas em que gêneros alimentícios estiverem depositados ou em trânsito, bem como domicílios onde se achem ocultos.
- C** condições de saúde de funcionários que fabricam os alimentos, comprovadas pela apresentação da carteira de saúde atualizada, expedida pelo órgão competente.
- D** condições de saúde exigidas pelo Código de Posturas para os proprietários dos estabelecimentos vinculados à fabricação e comercialização de gêneros alimentícios.

### QUESTÃO 16

Um vereador propõe a criação de um novo parque urbano na região central da cidade, que atualmente é um terreno baldio. A proposta inclui a construção de áreas de lazer, espaços verdes e um centro de convenções. No entanto, há preocupações da comunidade com a desapropriação de terrenos e os possíveis impactos econômicos, sociais e ambientais.

Com base na Lei Orgânica do Município de Corumbáiba, qual seria a orientação que o procurador jurídico da Casa Legislativa do município deveria apresentar para o vereador que propôs a criação do parque urbano?

- A** Aprovar a proposta de imediato, mesmo sem realizar qualquer estudo ou consulta à comunidade, tendo em vista a necessidade de acelerar o início das obras.
- B** Realizar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a consulta à comunidade para fundamentar qualquer decisão final, mesmo que atrase a execução do projeto.
- C** Rejeitar a proposta de imediato, considerando que a criação de parques urbanos não é uma prioridade estabelecida pela Lei Orgânica do Município de Corumbáiba.
- D** Autorizar a desapropriação dos terrenos para garantir a execução rápida do projeto, mesmo que ainda não tenha sido feita a consulta à comunidade.



### QUESTÃO 17

Analise as seguintes situações hipotéticas praticadas pelo governo municipal de Corumbáiba, considerando as competências e vedações estabelecidas pela Lei Orgânica.

- I. Doação, com a autorização da Câmara Municipal, de imóveis do patrimônio municipal para construção de sede do time de futebol, como premiação pelo campeonato regional.
- II. Destinação de recursos dos cofres públicos para divulgação por meio de imprensa, rádio, televisão e serviço de alto-falante, de obras da prefeitura.
- III. Publicidade do nome de autoridades responsáveis por programas, obras, serviços e campanhas, para informar a população sobre as realizações dessas autoridades.
- IV. Concessão de anistia fiscal e remissão de dívidas para instituições de interesse público justificado por meio de consulta à comunidade.
- V. Cessão do auditório de escolas municipais para reuniões e assembleias dos partidos políticos do município, sem distinção de suas ideologias.

As situações em que a ação praticada pelo governo municipal é vedada são

- A** I e II, apenas.
- B** II e IV, apenas.
- C** I, III e V, apenas.
- D** I, II, III, IV e V.

### QUESTÃO 18

A Lei Orgânica do Município de Corumbáiba, no Capítulo II, define as competências do município como “Competência Privativa”, “Competência Comum” e “Competência Suplementar”.

Considere as atribuições do município de Corumbáiba relacionadas a seguir e classifique-as de acordo com a Lei Orgânica, indicando, nos parênteses, o número “1” para as que se incluem na “Competência Privativa”; o número “2”, para as que se incluem na “Competência Comum” e o número “3” para as que se incluem na “Competência Suplementar”.

- ( ) Legislar sobre assuntos já regulamentados pela legislação federal ou estadual, que sejam de interesse do município tendo em vista adaptá-los à realidade local.
- ( ) Elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos.
- ( ) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- ( ) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- ( ) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo e o de trânsito.
- ( ) Manter programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.
- ( ) Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

A ordem de classificação correta das atribuições é

- A** (1); (3); (3); (2); (2); (2); (2).
- B** (2); (2); (1); (3); (3); (3); (3).
- C** (3); (1); (2); (2); (1); (1); (1).
- D** (3); (2); (2); (1); (1); (3); (3).

### QUESTÃO 19

De acordo com as permissões e vedações estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal de Corumbáiba em relação aos tributos, o Município tem autorização para

- A** cobrar pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- B** cobrar tributos no exercício financeiro de publicação da lei que os instituiu.
- C** estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos.
- D** instituir impostos sobre patrimônio e serviços de partidos políticos e templos católicos.

### QUESTÃO 20

Segundo a Lei Orgânica de Corumbáiba e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores, em qual das seguintes situações é permitida a convocação extraordinária da Câmara de Vereadores?

- A** Aprovação de projeto de lei ordinária para tratar da renomeação de ruas no município, convocada pelo Prefeito, ou pelo Presidente da Câmara, ou a requerimento da maioria dos vereadores, com antecedência mínima de 24 horas.
- B** Discussão e votação de proposta de emenda à Lei Orgânica do município, convocada pelo Presidente da Câmara, por meio de convocação pessoal e escrita, dirigida aos vereadores, com 3 (três) dias de antecedência, no mínimo.
- C** Deliberação sobre contas anuais do prefeito apresentadas pelo Tribunal de Contas, com convocação prévia de 5 (cinco) dias por Comissão Executiva da Câmara e assinada pelos vereadores membros da comissão.
- D** Realização de audiências públicas para debater questões de interesse comunitário, convocadas por Comissão de Representantes da Comunidade, com a anuência do Prefeito, e prazo de 5 (cinco) dias, no mínimo.

### QUESTÃO 21

Analise as afirmativas sobre a perda do mandato de Vereador de Corumbáiba:

- I. A perda do mandato será decidida por meio de resolução, aprovada por voto secreto da maioria absoluta da composição da Câmara.
- II. O Presidente da Câmara poderá afastar das funções o Vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria de votos em sessão com a maioria dos membros presente.
- III. O Vereador que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias da Câmara perderá o mandato, salvo se a ausência decorrer de doença comprovada.

Está correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** II, apenas.
- C** I e III, apenas.
- D** I, II e III.

### QUESTÃO 22

De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, o Município poderá sofrer intervenção imediata do Estado nas situações em que ele

- A** apresentar prestação de contas devidas aprovada com ressalvas.
- B** deixar de pagar dívidas que foram contraídas do Estado no ano anterior.
- C** deixar de aplicar o valor mínimo legal da receita municipal na educação e saúde.
- D** houver representação junto ao Tribunal de Justiça para assegurar a execução de lei.

### QUESTÃO 23

Analise as duas notícias a seguir, considerando os princípios constitucionais da Administração Pública.

#### Notícia 1

##### Funcionários que fraudavam licitações públicas são alvos de ação em 8 estados

A Receita Federal, em ação conjunta com a Polícia Federal e com a Controladoria Geral da União, deflagrou, nesta terça-feira (5), uma operação contra um esquema de corrupção e fraudes em licitação envolvendo funcionários públicos vinculados à Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes [...].

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/funcionarios-que-fraudavam-licitacoes-publicas-sao-alvos-de-acao-em-8-estados/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

#### Notícia 2

##### Ex-prefeito é condenado a devolver dinheiro após usar verba pública para autopromoção

O ex-prefeito [...] foi condenado a devolver R\$ 32 mil aos cofres públicos, além de ter os direitos políticos suspensos por três anos, por divulgar material publicitário para autopromoção quando comandou o município, entre 2005 e 2008.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/10/16/ex-prefeito-e-condenado-a-devolver-dinheiro-apos-usar-verba-publica-para-autopromocao-em-mt.ghtml>. Acesso em: 6 nov. 2024.

Qual das seguintes afirmativas interpreta corretamente os fatos descritos pelas notícias?

- A** A notícia 1 é exemplo de como o princípio da legalidade foi fraudado, pois a obediência estrita às leis e normas vigentes foi efetivada de forma equivocada.
- B** A notícia 2 é um exemplo de situação em que se aplica o princípio da publicidade na administração pública, utilizando recursos públicos de forma ineficiente.
- C** As notícias 1 e 2 são exemplos de como os princípios constitucionais, respectivamente, da impessoalidade e da legalidade, foram fraudados.
- D** As notícias 1 e 2 são questões subjetivas, de ordem moral dos agentes envolvidos, às quais não se aplicam os princípios constitucionais da administração pública.

### QUESTÃO 24

A Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, instrui, sobre o processo administrativo disciplinar, que

- A** a presença de advogado é obrigatória em todas as fases do processo.
- B** o servidor público pode ser punido, sem direito à ampla defesa.
- C** a instauração do processo depende de autorização judicial.
- D** o processo pode ser instaurado de ofício ou mediante denúncia.

### QUESTÃO 25

Pela promulgação da Lei Municipal Nº 703, de 15 de maio de 2012, o município de Corumbáiba estabelece a Política Municipal do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e constitui o Sistema Municipal do Meio Ambiente, que possui, em sua composição, além da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do Conselho Municipal do Meio Ambiente, os seguintes órgãos e/ou instituições:

- A** Instituições governamentais vinculadas à fiscalização e ao controle do meio ambiente.
- B** Instituições universitárias que oferecem cursos nas áreas ambiental e de engenharia.
- C** Organizações da Sociedade Civil com atuação no município, cujo objeto seja a preservação do meio ambiente.
- D** Secretarias Municipais e instituições governamentais e não governamentais com atuação no Município.

### QUESTÃO 26

Sobre a imposição e gradação da penalidade em infração ambiental de acordo com a Lei Nº 9.605/98, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente...”, e o Decreto Federal Nº 6.514/08, que “dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente...”, são feitas as seguintes afirmativas. Analise-as.

- I. Para a gradação da penalidade, deve ser observada a gravidade do fato, os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.
- II. Os antecedentes ambientais do infrator são irrelevantes tanto para a imposição de uma penalidade quanto para se estimar a sua gradação.
- III. Para definição do valor de multas a serem impostas nos casos de infrações, importa a extensão do dano ambiental, mesmo que o valor ultrapasse a situação econômica do infrator.
- IV. As penas restritivas de direitos substituem as privativas de liberdade quando as circunstâncias e os motivos do crime indicam que a pena é suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

Está correto apenas o que se afirma em

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** II e IV.

### QUESTÃO 27

De acordo com a Lei Nº 9.605/98, o processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os prazos de,

- A** no máximo, cinco dias para o pagamento de multa, contados a partir da data em que foi registrado o recebimento da notificação pelo infrator.
- B** no máximo, quinze dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação.
- C** no mínimo, trinta dias para recorrer da decisão condenatória ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha.
- D** no mínimo, vinte dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação.

### QUESTÃO 28

Tendo em vista o disposto no Código de Processo Civil sobre a forma, o tempo e o lugar dos atos processuais, qual das seguintes afirmativas está correta?

- A** Os atos e termos processuais dependem de uma forma pré-determinada, conforme o que a lei expressamente exige para preencher a finalidade essencial.
- B** O direito de consultar os autos e de pedir certidão de seus atos é livre a qualquer pessoa, salvo apenas os casos que tramitam em segredo de justiça.
- C** Os atos processuais, como regra, correm em segredo de justiça, podendo ser tornados públicos por ordem judicial fundamentada.
- D** As partes podem lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, desde que utilizem a linguagem processual de praxe.

### QUESTÃO 29

O Código de Processo Civil prevê que o comparecimento espontâneo do réu aos autos supre a falta de sua citação. Nessa norma, identifica-se o princípio processual

- A** da instrumentalidade dos atos processuais.
- B** da persuasão racional.
- C** da eventualidade.
- D** do livre convencimento do juiz.

### QUESTÃO 30

O Código de Processo Civil, no Art. 369, normatiza que as partes têm o direito de empregar todos os meios legais e os moralmente legítimos para provar a verdade dos fatos em que se funda a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz. Sendo assim, em relação às provas, cabe ao juiz

- A** acatar como prova qualquer documentação adicionada ao processo, respeitando o direito legal das partes de usar todos os meios legais.
- B** admitir a utilização de prova produzida em outro processo, mesmo que controversa, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado.
- C** apreciar cada prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, priorizando as provas de atos notórios.
- D** determinar as provas que julgar necessárias à instrução do processo, indeferindo diligências inúteis ou meramente protelatórias.

### QUESTÃO 31

O princípio processual da congruência ou adstrição significa que o juiz deve

- A** condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandada.
- B** proferir decisão considerando fato constitutivo, mesmo depois da propositura da ação.
- C** proferir decisão judicial limitada ao pedido que foi formulado pela parte autora.
- D** ser coerente na fundamentação de sua sentença e adstrito aos fatos da causa.

### QUESTÃO 32

Quando um servidor público infringe um dever funcional em benefício do interesse de outra pessoa, e não da administração pública, deixando de realizar ato de ofício, ele estará praticando um ato de

- A** condescendência criminosa.
- B** corrupção passiva privilegiada.
- C** concussão.
- D** prevaricação.

### QUESTÃO 33

Os princípios que regem o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Corumbaíba permitem à gestão do sistema previdenciário municipal, entre outras, a ação de

- A** ajustar o valor dos benefícios quando os cofres municipais estiverem deficitários.
- B** aplicar reservas garantidoras dos benefícios aos critérios do mercado financeiro.
- C** criar novos benefícios respaldados pelas correspondentes fontes de custeio total.
- D** limitar o custeio da previdência social à contribuição compulsória dos segurados.

### QUESTÃO 34

A Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019, altera o sistema de previdência social, inclusive a alíquota de contribuição previdenciária do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, estabelecida anteriormente pela Lei Nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Com as alterações da Emenda Constitucional Nº 103, a alíquota mínima de contribuição previdenciária dos servidores públicos federais passou a ser de

- A** 8%.
- B** 11%.
- C** 14%.
- D** 16%.

### QUESTÃO 35

De acordo com a legislação vigente, qual é a idade mínima para aposentadoria voluntária de um servidor público municipal do sexo masculino, abrangido pelo Regime Próprio de Previdência?

- A** 55 anos.
- B** 60 anos.
- C** 62 anos.
- D** 65 anos.

### QUESTÃO 36

Considere um funcionário público que ocupe um cargo em comissão em uma das secretarias do Município. Em determinada ocasião, esse funcionário, tendo em vista interesses privados lícitos, decide utilizar-se do cargo em benefício próprio, valendo-se de pessoa interposta, mesmo consciente de que tais interesses são particulares, e não da administração pública.

Nesse caso, o funcionário público comete o crime de

- A** advocacia administrativa.
- B** danos ao erário.
- C** improbidade.
- D** peculato.

### QUESTÃO 37

A Lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, regulamenta a interposição de recursos em relação a decisões nos processos eleitorais. Considerando essa regulamentação, qual das afirmativas está correta?

- A** O recurso ordinário contra decisão proferida por juiz eleitoral que resulte em cassação de registro ou perda de mandato eletivo tem efeito suspensivo.
- B** Os prazos para interposição de recurso são improrrogáveis, inclusive para recursos interpostos que exijam a discussão de matéria constitucional.
- C** Os recursos que chegarem ao Tribunal Regional ou ao Tribunal Superior serão distribuídos para os relatores de acordo com o teor a que se referem.
- D** Os recursos parciais relativos a registro de candidatos, interpostos em eleições municipais, serão julgados com prioridade à medida que derem entrada nas Secretarias.

### QUESTÃO 38

A Lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para os efeitos penais, considera como membros e funcionários da Justiça Eleitoral alguns elementos que atuam no processo eleitoral, entre eles,

- I. Magistrados que estejam presidindo Juntas Apuradoras.
- II. Cidadãos que integram temporariamente órgãos da Justiça Eleitoral.
- III. Cidadãos nomeados para as mesas receptoras ou Juntas Apuradoras.
- IV. Empregados de sociedade de economia mista, requisitados pela Justiça Eleitoral.
- V. Funcionários requisitados pela Justiça Eleitoral, com cargo em entidade paraestatal.

Dos elementos citados, estão corretos

- A** I e II, apenas.
- B** IV e V, apenas.
- C** II, III e V, apenas.
- D** I, II, III, IV e V.

### QUESTÃO 39

A Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, estabelece que a Lei do Orçamento poderá conter autorização dada ao Executivo para realizar operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa, quando

- A** a apuração se der ao final do exercício financeiro de cada ano.
- B** as fontes de recursos para cobertura das operações forem indicadas.
- C** o produto de operações de crédito e de alienação de bens imóveis for incluído na receita.
- D** os recursos disponíveis para investimentos no mercado forem devidamente justificados.

### QUESTÃO 40

Sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, foram feitas as seguintes afirmativas. Analise-as.

- I. A fiscalização da União é responsabilidade do Tribunal de Contas, com o auxílio do Congresso Nacional, e ambos exercerão o controle externo do Poder Executivo.
- II. O Tribunal de Contas tem, com o auxílio de cada Poder da União, a responsabilidade do controle interno realizado pelo sistema de cada um desses poderes.
- III. Pessoas de natureza física ou jurídica, pública ou privada, que gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores da União, devem ser objeto de prestação de contas.
- IV. O controle externo inclui a apreciação das contas prestadas pelo Presidente da República, pelos administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- V. A fiscalização da legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, das nomeações para cargos em comissão, das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, é exclusiva do sistema de controle interno de cada Poder.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A** I e II.
- B** I, II e V.
- C** III e IV.
- D** III, IV e V.

### QUESTÃO DISCURSIVA

Esta questão, de caráter prático, solicita um parecer jurídico, no qual o candidato deve demonstrar conhecimentos do direito e expressar habilidades e competências próprias às atribuições do cargo.

Para a correção da Questão Discursiva, o candidato deve obter o resultado mínimo de 60% na Prova Objetiva e redigir o Parecer Jurídico com 40 linhas, no mínimo, e 100, no máximo. O parecer deve ser redigido em língua portuguesa, aceitando-se, em outro idioma, apenas citações *ipsis literis*.

No texto do parecer jurídico, não pode haver informações que permitam a identificação do candidato. A assinatura deve ser feita no verso de cada folha.

A Questão Discursiva será avaliada em 20 (vinte) pontos, distribuídos segundo critérios relacionados à capacidade de comunicação escrita do candidato na elaboração de peça jurídica que apresente análise técnica com base em conhecimentos teóricos e da legislação, pertinentes à situação apresentada, além de critérios relativos ao domínio da língua portuguesa, conforme Matriz de Avaliação a seguir.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Desconto máximo
<b>CP:</b> Compreensão da proposta.	<b>2,5</b>
<b>CPP:</b> Conhecimentos pertinentes à proposta.	<b>3</b>
<b>FPR:</b> Fundamentação e propriedade da proposta.	<b>3</b>
<b>RAJ:</b> Relevância da argumentação jurídica.	<b>4</b>
<b>CT:</b> Construção textual, coesão, coerência, conhecimento do gênero.	<b>2,5</b>
<b>OP:</b> Ortografia, acentuação, legibilidade, respeito às margens e aos parágrafos.	<b>2,5</b>
<b>M:</b> Morfossintaxe: Concordância verbo-nominal e adequação vocabular.	<b>2,5</b>

### PROPOSTA

Considere esta situação hipotética:

No ano passado, a Prefeitura do Município de Corumbáiba encaminhou à Câmara Municipal um Projeto de Lei que autoriza a venda de um imóvel público localizado em uma área de preservação ambiental para uma empresa privada, sem a realização de licitação. A argumentação apresentada é que a medida promoveria o desenvolvimento social e econômico da região.

A proposta gerou grande controvérsia e foi questionada por entidades ambientais e representantes da sociedade civil, sob a alegação de que a ausência de licitação, além de violar a Lei de Licitações e a Constituição Federal, desrespeita o princípio da impessoalidade e ameaça o equilíbrio ambiental da área.

Como Procurador da Câmara Municipal de Corumbáiba, elabore um parecer jurídico sobre a legalidade e a constitucionalidade do Projeto de Lei, analisando especialmente os aspectos relacionados à dispensa de licitação, aos princípios da administração pública e à proteção ambiental, levando em conta a legislação aplicável e os possíveis impactos ambientais da proposta.



A versão final do texto da questão discursiva deve conter entre 40 e 100 linhas.

**FORMULÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA**

Transcreva o seu texto para a Folha de Resposta da Questão Discursiva

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	

66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	

RASCUNHO

Rascunho do Gabarito

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>